

## Estudando as questões de gênero em serviço social

Mirian Faury\*

**Resumo:** Este artigo trata do estudo das questões de gênero em Serviço Social e da sua importância para o ensino nesta área. Apresenta as dificuldades de inclusão do tema no processo de formação de Assistentes Sociais, fazendo um paralelo entre a situação de exclusão social – vivida pelas usuárias de programas e projetos sociais, espaço de atuação do Serviço Social – e a situação de exclusão de gênero, vivida por profissionais e usuários, majoritariamente constituídos por mulheres, num fenômeno de “feminização” da profissão. Assinala o espaço aberto pela nova proposta curricular para os cursos de Serviço Social (aprovada em fins dos anos 90), que contempla a possibilidade de trabalho, em torno de uma disciplina denominada “Gênero e Serviço Social”. Lembra a questão das competências profissionais e as novas exigências da formação profissional, além de sugerir uma proposta de intervenção com as mulheres, que deveria ser adotada pelos/as profissionais. Constata, finalmente, que os estudos de gênero em Serviço Social podem ter uma dimensão estratégica, na medida em que contribuem para formar profissionais críticos e criativos.

**Palavras-chave:** Formação profissional, gênero, intervenção, ensino.

**Abstract:** This article is about the study of matters of gender in Social Work and of its importance for the teaching in Social Work. It presents the difficulties of including this theme in the process of formation of Social Workers, and makes a comparison between the situation of social exclusion – experienced by the users of social programs and projects, the actuation field of Social Work – and the situation of gender exclusion, experienced by professionals and users, a group mostly constituted by women, in a feminization phenomenon of the profession. It points the area opened by the new curricular proposal for the Social Work courses (approved in the late 90's), which contemplates the possibility to work on a subject called “Gender and Social Work” It recalls the question of professional competencies and the new requirements of professional formation, besides suggesting a proposal on intervention with women, that should be adopted by both male and female professionals. It finally evidences that the studies of gender in Social Work may have a strategic dimension as they contribute to form critical and creative professionals.

**Key-words:** Professional formation, gender, intervention, teaching.

---

\* Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. Curso de Serviço Social do Centro UNISAL/Americana. fss@puc-campinas.edu.br

## Introdução

Embora questionado “como disciplina profissional, como prática social e como prática educativa” (BULLA, 1998, p. 363), ou apesar desse questionamento e até contra esse mesmo questionamento, o Serviço Social, enquanto área de conhecimento e formação profissional, situa-se no conjunto de atividades definidas como práticas de intervenção na realidade social.

Nos últimos anos, motivadas e estimuladas, a nosso ver, pelo movimento de reconceitualização<sup>1</sup>, releituras da profissão foram sendo feitas. Acentuaram-se, portanto, divergências em relação às propostas de ação e, conseqüentemente, à formação profissional, com debates visando à revisão do currículo do curso, que iam desde as discussões sobre ensino e profissão até as relações desta área de conhecimento com a dinâmica da sociedade.

Desse embate de idéias, propostas relacionadas à intervenção começam a aparecer, cada vez mais, como resposta à necessidade de competência – uma das características que definem profissão.

O conceito de intervenção, com o objetivo de transformar a vida social, já aparece no início do século XX, com Kurt Lewin (apud HAGUETTE, 1990, p. 96), que, no entanto, contrariamente a outras correntes intervencionistas, não propõe a transformação da sociedade de classes.

O Serviço Social utiliza o conceito de intervenção no sentido de trabalhar os relacionamentos sociais, na perspectiva de mediação. A intervenção seria uma ação profissional que tem uma intenção: modificar ou alterar uma determinada situação social, os “desafios imediatos, localizados, setoriais, cotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais” (IANNI apud SOUZA, 1990.)

No Brasil, falamos de intervenção de maneira indistinta – tanto quando nos referimos às “práticas com dimensão coletiva”, ao “trabalho de rede”, como quando nos referimos à prática individual. No entanto, essa situação não aparece em textos da literatura estrangeira. Vários autores com larga produção em Serviço Social, na Itália (Sanicola), França (Robertis), Canadá (Guay, Besson, Zuñiga) fazem distinções entre as diversas situações de trabalho.

Besson e Guay (2000) afirmam que o Serviço Social se deparou com a necessidade de realizar uma “passagem” a novas formas de intervenção. Essa “travessia” nas formas tem a ver com as chamadas experiências sobre o terreno, ou vivências da prática, que têm exigido (no sentido de demandar) um modo diferente de relação com o usuário e que exige criatividade, frente a novas demandas. Tal situação tem levado não só os Assistentes Sociais a mudarem, mas também as próprias instituições que os empregam.

Os autores citados apontam a direção dessas mudanças: do individual ao coletivo, da ajuda à auto-ajuda e da assistência ao acompanhamento.

<sup>1</sup> A “reconceitualização” foi um movimento teórico de ruptura com os padrões clássicos do Serviço Social, ocorrido na América Latina no final dos anos 60 início dos anos 70. Esse movimento foi influenciado pelo pensamento marxista e nasceu nas universidades como resultado da reflexão de professores, alunos e profissionais que militavam e lutavam nos movimentos de libertação.

Ao refletir sobre essas questões, identificamos, nos estudos de gênero, o espaço da possibilidade de mudança, a passagem que nos abriria ou levaria a refletir e a consolidar, talvez, novas formas de intervenção em Serviço Social, tendo em vista o processo de “feminização” da profissão e a própria condição da mulher no País.

Esta foi então, a grande razão que nos levou a estudar as questões de gênero em Serviço Social. Nosso foco foi o de examinar a maneira como o tema foi introduzido na discussão profissional e como se apresenta hoje, no ensino e na formação profissional.

### Incluindo o tema

Falar dos estudos sobre a mulher na formação de Assistentes Sociais apresenta dificuldades para definições e delimitação, pois os estudos são ainda recentes e todavia não aprofundados, como a nosso ver deveriam. No entanto, duas situações são claras na composição da realidade profissional do Serviço Social (FAURY, 1998):

- a) O trabalho profissional em Serviço Social foi e é basicamente exercido no meio de mulheres e por mulheres;
- b) a grande maioria dos usuários atendidos foi e é constituída por pessoas do sexo feminino.

Essa realidade é composta e fortemente marcada por relações de gênero, pois sabemos que homens e mulheres não ocupam posições iguais na nossa sociedade e que as mulheres experimentam formas duplas de dominação (na casa e no trabalho).

Tal situação nos remete a pensar sobre a exclusão, posto que demandas de natureza ou da ordem do Serviço Social compõem principalmente o domínio da assistência e tais demandas surgem pela existência de desigualdades. E é interessante examinar esse espaço margeado por duas exclusões: a econômica e a de gênero. É inquietante verificar que o profissional que lida com essas situações pode também se situar, ele mesmo, no espaço da exclusão, pelas questões de gênero.

A questão da desigualdade no País tem origem no início do nosso processo histórico, não sendo, portanto, fenômeno contemporâneo. Vejamos, segundo Reis (1998, p. 27), a trajetória formal da ação social do Estado no Brasil:

1824 – primeiras preocupações das instituições governamentais, expressas na Constituição de 1824, que “garantia os socorros públicos”.

1891 – estabelecimento das “ações do Estado na área social, que deveriam ser concretizadas pelos poderes locais”, na Constituição de 1891.

1930 – “a orientação de políticas sociais possa a ser prioridade do governo ... quando do início da reversão do modelo de crescimento rural agrário exportador para urbano industrial”.

A Constituição de 1934 “consagra um conjunto de atribuições da União, Estados e Municípios, com repercussões nos campos social e econômico: no primeiro tem-se o amparo aos desvalidos, à maternidade, à infância e às famílias de prole numerosa...”

1942 - Criação da LBA - Legião Brasileira de Assistência, com estabelecimento, nos anos 50, do programa de alimentação de gestantes.

1988 - Instituição do direito de proteção da família, maternidade, infância, adolescência e velhice, na nova Constituição.

Como podemos constatar nesse quadro apresentado por Reis (1998), a ação social do Estado, pelo menos até a Constituição de 1988, não existia para as mulheres enquanto categoria, mas enquanto função (maternidade).

Embora o estado de bem-estar adquira uma institucionalização crescente no período 1930 - 1988, para responder ao aumento das desigualdades sociais, as políticas públicas voltadas especificamente para mulheres só começam a aparecer nos anos 80, graças à luta organizada do movimento de mulheres.

Podemos apontar, como marco dessa nova abordagem, a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, em São Paulo, pelo governador Franco Montoro, em 1983 e o surgimento dos Conselhos de Mulheres, com a criação, em São Paulo, em 1984, do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Fenômenos atuais e aparentemente contraditórios são a globalização e a descentralização. O primeiro nos remete, no que toca à questão da mulher, a todas as possibilidades de discussão sobre o tema, que vêm acontecendo em escala mundial (estimulados pelas agências internacionais), e o segundo sugere a existência de espaços concretos para o exercício do poder local, através da participação social (CORNELLY, 1998).

Na atuação direta, o Assistente Social intervém na realidade social, cada vez mais, dentro do chamado terceiro setor (Organizações não-governamentais - ONGs, movimentos sociais, grupos de ajuda, ações cidadãs, redes sociais), que são espaços inclusivos da questão de gênero. Dentro do Estado, das ONGs, o trabalho com mulheres enquanto categoria também tem sido cada vez mais demandado, seja pela organização de grupos específicos, em nível local, seja no desenvolvimento de projetos de cunho sócio-educativo, principalmente na área da saúde e da assistência.

Estudar as questões de gênero em Serviço Social significa constatar o quanto a categoria de Assistentes Sociais negligenciou o estudo do tema que está presente, na academia, no Brasil, desde o final da década de 70 e início da década de 80.

A prática profissional é um conjunto de atividades peculiares a cada profissão. Num texto sobre prática profissional e metodologia da ação do Serviço Social, encontramos uma das primeiras citações do trabalho do Serviço Social sob a perspectiva de gênero, quando Kameyama (1981, p. 150) diz:

Na nucleação ou grupalização o Assistente Social poderá definir a Unidade de ação em termos de categorias sociais - quando a clientela é classificada segundo idade, sexo, raça, situações comuns...

No entanto, muito embora o Serviço Social tenha trabalhado "classificando sua clientela em categorias sociais", como as apontadas no texto acima, podemos afirmar que foi somente durante a década de 90 que o tema passou a estar mais presente na preocupação dos profissionais, cuja maioria é composta por mulheres, atendendo uma clientela formada também majoritariamente por mulheres. Essa

preocupação identificada entre as profissionais, começa, também, nessa época, a chegar à academia. De “temas emergentes em Serviço Social”, o tema adquire *status* próprio para consolidar-se como área de estudo e atuação de Assistentes Sociais<sup>2</sup>.

Vejam, então, um pouco da história da inclusão, trajetória e consolidação do tema “estudos de gênero em Serviço Social”.

Numa pesquisa realizada, no período 1994-1995, com Assistentes Sociais supervisores das instituições campos de estágio da FSS/PUC-Campinas, pudemos apurar a sua visão em relação à temática relações de gênero:

A visibilidade de algumas conquistas do movimento de mulheres está presente no cotidiano profissional das Assistentes Sociais - a extensão dos direitos sociais à mulher, trabalho, sexualidade, etc. No entanto, parece existir um certo estereótipo - beneficia-se das conquistas mas, o movimento que levou a elas (no caso o feminista) não é admitido. Não importa esta lembrança, pois o resultado do contraponto, trabalho profissional em Serviço Social basicamente exercido no meio de mulheres por mulheres e a grande maioria da clientela sendo composta por pessoas do sexo feminino - tem sido da temática mulher/gênero estar presente, mesmo que muitas vezes de forma camuflada / envergonhada.

(...)

A representação social dessa questão foi sendo construída pelas profissionais na sua vida profissional cotidiana, motivada e mobilizada pela própria clientela... Pelos dados levantados não podemos afirmar com clareza que o Serviço Social adote uma “intervenção feminista” ao trabalhar com mulheres, mas estaria enveredando por essa forma de abordagem, posto que as profissionais percebem a discriminação, trabalham no sentido de conscientizar a clientela dos estereótipos sexuais e dos papéis aos quais a sociedade as confina e tentam trabalhar numa perspectiva de igualdade, liberação e libertação. (FAURY, 1997, p. 87)

Desnecessário lembrar que estamos utilizando o conceito de feminismo, conforme adotado e defendido na obra de Andrée Michel (1979): feminismo é o movimento social que luta pela extensão dos direitos sociais às mulheres.

Durante esta última década (1990), muito embora os estudos de gênero em Serviço Social tenham aumentado consideravelmente - no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado em Brasília, no final de 2000, representaram 10% de um total de 230 trabalhos apresentados (ABEPSS, 2000) - nem sempre foi assim. Estudo de Silva (1999, p. 14) que versa sobre a publicação de textos da revista “Serviço Social e Sociedade” e a sua contribuição na construção do Serviço Social brasileiro mostrou que o volume de trabalhos que tratam sobre os temas: movimento de mulheres, feminismo ou mulher é bastante reduzido. Entre 1979 e 1989, de um total de 285 trabalhos, o tema abordado (movimento de mulheres/feminismo), com um total de 3 trabalhos, representou 1,05%. Na década de 90, de um total de 321 artigos, o mesmo tema, com um total de 7 trabalhos, representou 2,18%. Além disso, os próprios documentos de divulgação dos cursos de Serviço Social não abordam o assunto, nem aventam a possibilidade de que esta área temática possa ser objeto de atuação do Serviço Social.

2 Durante a década de 1980, até o início dos anos 1990, nos congressos de Serviço Social, os trabalhos que versavam sobre os temas: mulher/gênero/feminismo eram alocados num grupo denominado: “temas emergentes em Serviço Social”.

Por exemplo, no curso de Serviço Social da PUC-Campinas, uma das faculdades que foi objeto de nosso estudo, o folheto de divulgação do curso não toca nem de perto na questão de gênero. Vejamos como é feita a apresentação do curso:

O Serviço Social como profissão está inserido no conjunto das atividades definidas como práticas de intervenção na realidade social... O profissional de Serviço Social trabalha exercendo atividades vinculadas ao Estado e ao setor empresarial privado através das políticas sociais. Além da prestação de assistência e de serviços sociais, o Assistente Social atua com grupos populacionais em direção ao fortalecimento da sociedade civil e na sua interlocução com o Estado...

O curso de Serviço Social (da PUC-Campinas) proporciona ao aluno um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade e um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e sua relação com esses sistemas, bem como estratégias de ação. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, 1990)

Durante esse período ao qual estamos nos referindo – os anos 90 – a formação profissional de Assistentes Sociais ocupou espaço privilegiado nos debates da categoria, visando à elaboração de um novo projeto para a formação profissional. Coordenado pela ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, hoje ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, foram elaborados coletivamente com representantes das faculdades de Serviço Social do País, no período 1994-1996, as novas diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social. A nova proposta curricular, que passou a vigor no final da década, apoiou-se em dois eixos básicos:

- a) formação profissional no contexto das transformações sociais recentes;
- b) formulação de diretrizes curriculares enquanto resposta às novas exigências da formação profissional.

As transformações societárias das últimas décadas originam-se de um novo padrão de organização social da produção, baseado na racionalidade dos processos produtivos e na flexibilização dos processos de trabalho (KOIKE, 2000). Ora, a sociedade que vive essas transformações está a exigir novos processos educativos que possam conduzir a qualificações técnicas e subjetividades adequadas, resultando trabalhadores multiquificados, polivalentes e capazes de manipulação simbólica.

A aprendizagem fica mais voltada para o domínio dos modos de processar o conhecimento do que para a aquisição de saberes preexistentes. A formação volta-se para o aprender a aprender. (KOIKE, 2000, p. 105)

O profissional a ser formado deve ter novas competências e legitimidade social para responder às demandas emergentes. Para isso, os cursos de Serviço Social avançam no processo de implantação de um novo currículo, tendo em vista que: “Formação profissional é processo dinâmico, continuado, inconcluso” (KOIKE, 2000, p. 107), permanentemente atento aos referenciais críticos de análise, assim como aos modos de atuação na realidade social. Daí a relação formação profissi-

onal de Assistentes Sociais – necessidades sociais identificadas no cotidiano, de onde derivam demandas ao Serviço Social.

Surgem, desta relação bipolar: vivência pessoal x formação – ação profissional, as várias identificações, no cotidiano, das necessidades sociais – objeto da intervenção do Serviço Social. Nessa intersecção de vivências e ações, situa-se o gênero como objeto de reflexão e ação do Assistente Social.

Falando sobre a questão da formação profissional da/do Assistente Social e justificando a necessidade da inclusão de categoria gênero como objeto de estudo, Veloso afirma:

... também sobre este mesmo cotidiano que a/o assistente social, durante a execução de suas atividades profissionais se debruça . Por atuar sobre a produção e reprodução das relações sociais, e por serem estas relações constituídas também pelo gênero, acredita-se que esta categoria deve ocupar o seu devido lugar, junto à formação em Serviço Social, lugar este que lhe permita ser utilizado como poderoso instrumento que é para a problematização e desvendamento das relações sociais, e por isso mesmo, potencializador das análises sobre as quais a/o assistente social deve se pautar durante o seu exercício profissional (2000, p. 17).

### Situação atual do ensino das questões de gênero em serviço social

Podemos afirmar que a maior conquista do século XX foi o avanço dos direitos e a universalização dos Direitos Humanos; portanto, pensar o desenvolvimento social e a erradicação das desigualdades impõe que os profissionais do setor social revejam e reorientem suas posições, já que “o trabalho profissional e competente é uma pré-condição para emancipação da sociedade”. (VOIGT, 1998, p. 68)

Visando à competência, o perfil de um novo profissional do trabalho social deve contemplar uma formação que possa prepará-lo para:

- clarificar os objetivos da intervenção do trabalho social, tanto na área das políticas sociais, quanto na de proteção social;
- desenvolver um instrumental técnico-operativo específico, a ser aprendido através da formação politécnica e do saber polivalente;
- reposicionar-se ética e politicamente. (CORNELLY, 1998, p. 43-44.)

Para atender às novas demandas e aos novos desafios de forma conseqüente e com competência, o currículo do curso de Serviço Social, hoje, articula-se a partir de três núcleos de conhecimentos – indissociáveis, não hierarquizados e historicamente contextualizados:

- 1) Núcleo de fundamentos da vida social.
- 2) Núcleo de fundamentos da formação sociohistórica da sociedade brasileira.
- 3) Núcleo de fundamentação do trabalho profissional.

Para responder dinamicamente a esta nova proposta curricular é que propomos uma disciplina denominada Gênero e Serviço Social, com enfoque para: a gênese das desigualdades sociais sob o enfoque de gênero, a constituição social e

cultural da sociedade brasileira do ponto de vista das mulheres e a configuração técnico-operativa do Serviço Social, na resposta às demandas das mulheres.

A referida disciplina foi pensada, tendo em vista proporcionar novos e específicos conhecimentos sobre gênero e serviço social, posto que estudar as questões de gênero propicia pensar questões atuais de vida e da sociedade sob a ótica das mulheres, além, como diz Veloso (2000) de ser esta categoria um poderoso instrumento para a problematização e o desvendamento das relações sociais.

Segundo Chauí (1991, p. 22):

... nenhuma cultura lida com o sexo como um fato natural bruto, mas já o vive e compreende simbolicamente, dando-lhe sentidos, valores, criando normas, interditos e permissões.

A sexualidade envolve três grandes aspectos: o biológico, que é o sexo, o psicológico, que é a identidade e o social, que é o gênero. É este último aspecto que origina o conceito fundamental para se compreender e superar preconceitos – posto que construído socialmente, é mutável, passível, então, de ser superado enquanto gerador de assimetrias que resultam nas desigualdades.

Relações sociais são constituídas, entre outras, pelas relações de gênero. Gênero, então, é uma categoria cujo entendimento supõe:

- Formação da identidade masculina e feminina.
- Relações homem x mulher.
- Concepção cultural de masculino e feminino.
- Percepção do lugar ocupado na sociedade por homens e mulheres.
- Imagens produzidas e percebidas, de homens e mulheres.
- Conhecimento dos processos de subjetivação – objetivação.
- Seu desenvolvimento nas relações cotidianas.
- Sua presença constante nos meandros da política institucional.

A este propósito, vide o importante artigo de Sueli Kofes (1993) na revista *Cadernos Pagu* n. 1.

É a partir da percepção da categoria gênero que chegamos à compreensão dos papéis de gênero que, segundo De Biaggi (1996, p. 24), “referem-se a constituições sociais do que é ser uma mulher e o que é ser um homem”. Cada sociedade, com suas características culturais específicas, apresenta uma gama de expectativas de comportamento para ambos os sexos, transmitidas à criança num processo de socialização, através dos pais e da cultura em geral. A identidade sexual inclui concepções aprendidas – de como comportar-se, pensar, sentir, enquanto homem ou mulher –; ideais da masculinidade e feminilidade; e a relação entre ambos os sexos.

Assim, levando em conta o dinamismo das relações sociais “o trabalho social na sua ação cotidiana, deve desenvolver determinados parâmetros do empoderamento (*empowerment*), a saber: auto-imagem, auto-confiança, capacidade de pensar criticamente, força e coesão grupal, incentivo à decisão e ação. Tais aspectos devem ser trabalhos visando obter mudanças não somente na sociedade, mas também nas mulheres, em si mesmas”. (FAURY, 2000, p. 156)

Os objetivos da disciplina seriam:

- Oferecer aos discentes conhecimentos específicos sobre a questão da mulher, preparando-os para a identificação e compreensão das discriminações.
- Refletir sobre:
  - a gênese do movimento de mulheres e sua contribuição atual, sua dinâmica e interface com as análises microssociais;
  - a questão de gênero nas ciências sociais hoje;
  - a relação da questão de gênero com o Serviço Social: a “feminização” da profissão e a “feminização” da clientela;
  - a atuação do Serviço Social na perspectiva de gênero;
  - a atuação nas políticas públicas voltadas para as mulheres;
  - a violência, a “vitimização” e o fortalecimento dos sujeitos.
- Preparar o aluno para trabalhos de prevenção e intervenção do Serviço Social.

O conteúdo programático da disciplina em questão poderia ser trabalhado, destacando-se os seguintes itens:

O movimento social de mulheres

- Panorama da história social das mulheres.
- O Movimento de mulheres no mundo e no Brasil.
- Violência e “vitimização” das mulheres.

O conceito de gênero

- A emergência de conceito de gênero.
- Gênero nas ciências sociais.

Gênero e Serviço Social

- A “Feminização” do Serviço Social
- A inclusão de gênero nos estudos de Serviço Social
- Práticas profissionais na perspectiva de gênero.

Gênero e políticas públicas

- Políticas públicas na perspectiva de gênero.
- A agenda social das mulheres no Brasil.
- Os conselhos de mulheres nos níveis: federal, estadual e municipal.

Como metodologia de ensino deveríamos ter: aulas expositivas, seminários, debates, filmes, exame de material de revistas e jornais e as demais atividades de

sala de aula, mas principalmente, estágios junto a programas e projetos voltados para as mulheres ou que tivessem um grande número de mulheres como usuárias/beneficiárias.

## Uma proposta de intervenção

Ter conquistado um espaço para estudar a questão da mulher não basta. É importante avançar na construção de uma forma de intervenção que seja “uma ação profissional com o intuito de modificar, alterar, uma dada situação social” (FAURY, 2000, p. 4).

Embora exista, hoje, tendência de:

aceitação de uma pluralidade de interpretações da problemática social e, em decorrência a abertura para uma multiplicidade de práticas, em que se destaca a atuação de assistentes sociais junto aos movimentos sociais e aos grupos excluídos dos direitos de cidadania (BULLA, 1998, p. 373),

propomos que, particularmente no que se refere à temática mulher/gênero, o Serviço Social inclua e aprofunde o que no Canadá se convencionou chamar de “intervenção feminista”.

Segundo Corbeil (1984, p. 51), a proposta fundamental da chamada intervenção feminista vem a ser:

a) conscientizar as mulheres dos estereótipos sexuais e dos limitados papéis aos quais a sociedade as confina; b) conscientizar as mulheres das estruturas sociopolíticas que as determinam e condicionam, na família e nos demais espaços da sociedade.

Esta forma de intervenção se decompõe em objetivos, estratégias e modalidades de ação, detalhados a seguir por Faury (1998, p. 19), inspirados no pensamento de Corbeil (1984) e De Robertis (1981).

### 1. Objetivos

Ao trabalhar com a clientela feminina, o Serviço Social deveria ter como finalidade conseguir que as usuárias:

- tomem consciência da sua real situação;
- não se sintam as únicas responsáveis pelas dificuldades sociais que enfrentam;
- aprendam a crer em si mesmas;
- ousem exprimir suas necessidades e desejos;
- possam tomar decisões de forma autônoma;
- descubram os seus direitos, inclusive o direito ao prazer.

### 2. Estratégias

Os fundamentos básicos para esta proposta de intervenção seriam:

- a relação entre Assistente Social e usuárias deve ser a mais igualitária possível – quanto menos diretiva na relação, mais a/o Assistente Social pode permitir à usuária se sentir responsável por si mesma;
- no papel de interveniente na relação com a usuária, a/o Assistente Social deve acentuar e estimular a ação e a consciência, ao invés da introspecção. A/o Assistente Social deve ter papel ativo como “pessoa recurso” ou “pessoa fonte”, favorecendo a reflexão.

### 3. Modalidades de Ação

As modalidades de ação referem-se a técnicas e abordagens de caráter eclético. Podemos, entretanto, citar duas formas que, segundo Guay e Besson (2000), seriam as mais utilizadas:

- Educação: para desenvolver competências sociais e pessoais;
- Acompanhamento: nas providências necessárias, seja para inserção social, seja para obtenção de serviços. Aí incluímos a mediação para estabelecer contatos ou acertar conflitos.

Esses caminhos propostos só seriam percorridos, de fato, na medida em que profissionais comprometidos com esta abordagem, pudessem:

- a) desmistificar o poder profissional;
- b) ter maior “envolvimento” pessoal (no sentido de estar implicado);
- c) utilizar um contrato claro;
- d) avançar no trabalho em grupo. (FAURY, 1998, p. 19)

Mas o que é singular, ao trabalhar com as usuárias/mulheres do Serviço Social? Trabalhar com a categoria de gênero e adotar uma “intervenção feminista” significa avançar no desvendamento das relações de poder e potencializar a análise de um grupo específico de excluídos, ou também, como diz França (2000, p. 56):

... despertar a percepção, estimular a reflexão, aprofundar a crítica, experimentar novas vivências e atitudes, “produzir” novos modelos de relação.

### A título de conclusão

Ao acolher uma agenda que contemple o estudo das questões de gênero, o Serviço Social, como disciplina profissional, estará mais apto a avançar em referenciais teóricos e propostas metodológicas. Do debate que certamente se fará em torno, surgirão as descobertas deste novo espaço de atuação, como resposta às novas demandas da sociedade no que se refere às mulheres e às políticas públicas voltadas para a questão de gênero.

Estudos de gênero, em Serviço Social, têm uma dimensão estratégica: podem formar profissionais críticos, criativos, com capacidade de observação permanen-

te – percebendo o que está acontecendo consigo mesmo e em torno de si – e de avaliação continuada, conscientes da realidade e com desejos de mudança.

Conjugar esforços de ensino e pesquisa na área de gênero, na formação de profissionais e docentes em Serviço Social, possibilita também o compromisso de ação junto a grupos excluídos, além da possibilidade de avançar em propostas metodológicas que privilegiam a investigação/ação/reflexão sobre as práticas exercidas, numa nova dimensão da intervenção.

Esperamos que estas reflexões possam ajudar Assistentes Sociais a encontrarem novos rumos e a terem um trabalho mais efetivo e mais comprometido com as mulheres.

## Referências bibliográficas

- BARRILI, Heloisa de C.; ARAUJO, Jairom; BULLA, Leonia C. *A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, 451 p.
- BESSON, Christiane; GUAY, Jérôme. *Profession Travailleur Social*. Paris: Gaëtan Morin Ed, 2000, 286 p.
- BULLA, Leonia C.; BARRILI, Heloisa de C; ARAUJO, Jairo M. Tendências Teóricas Metodológicas na formação profissional do Assistente Social. In: BARRILI, Heloisa de C. (org). *A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 363-374.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual essa nossa (des) conhecida*. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- CORBEIL, Christine et al. *L'Intervention Feministe*. Montreal: Editions Saint Martin, 1984.
- CORNELY, Seno A. As estratégias de enfrentamento do trabalhador social frente às demandas emergentes no limiar do século XXI. In: BARRILI, Heloisa de C. (org). *A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 39-49.
- De BIAGGI, S.D.D. Mudança, crise e redefinição de papéis: as mulheres brasileiras lá fora. *Revista Travessia*. set/dez., 1996.
- FAURY, Mirian. Feminismo e Serviço Social. *Cadernos de Serviço Social FSS/PUC-Campinas*, Campinas, 1998, ano VIII n. 13, p. 7-21.
- FAURY, Mirian. Assistentes Sociais e a temática relações de gênero. *Cadernos de Serviço Social FSS/PUC-Campinas*. Campinas, 1997, ano VII, n. 11, p.78-101.
- FRANÇOZO, Maria de Fátima de C. et al. A ajuda como um traço do trabalho social. *Cadernos de Serviço Social FSS/PUC-Campinas*. Campinas, 2000, Ano IX, n. 17, p. 52-59.
- GUELFY, Denise C.; FAURY, Mirian. Práticas do cotidiano não incluem gênero. *Cadernos de Serviço Social FSS/PUC-Campinas*. Campinas, 2000, ano IX n°16, p. 38-60.
- HAGUETTE, Tereza M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.
- KAMAYANA, Nobuco. A prática profissional do Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 1981, ano XX, n. 6, p. 147-155.
- KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher – disjunções, conjunções, mediações. *Cadernos Pagu IFCH/UNICAMP*. Campinas, 1993, n. 1.
- KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. *Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais – módulo 5. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB*, Brasília, 2000.

- MICHEL, Andrée. *Lê Féminisme*, Paris: Presses Universitaires de France, 1979.
- REIS, Carlos N. dos. A Relação Estado-Sociedade: o desmonte das instituições sociais e a exclusão social. In: BARRILI, Heloisa de C (org). *A Pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998 p. 21-37.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Curso de Serviço Social. *Folder de Divulgação*, 1990.
- ROBERTIS, Cristina D.E. *Méthodologie de l'intervention en travail social*. 6. ed. Paris: Centurion, 1981, 318 p.
- SANICOLA, Lia. *L'intervention de Réseaux*. Paris: Bayard Éditions, 1994, 276p.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 1999, ano XX, n. 61, p. 11-62.
- SOUZA, Luiz Alberto G. de. Reaprender a pensar um mundo plural e diferente. Tempo e Presença. *Publicação do CEDI*, 1994, n. 276, ano 16, p. 19-22.
- VELOSO, Renato. O lugar do gênero na produção de conhecimentos em Serviço Social. *O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania*. Anais VII ENPESS, Brasília, 2000, v. IV, p. 15-33.
- VOIGT, Léo. O papel do terceiro setor no final do século. In: BARRILI, Heloisa de C. (org) *A pesquisa em Serviço social e nas áreas humano-sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.61-72.